

8,7% DE DESEMPREGO, CHEGA DE RECESSÃO!

Com lucro estável no trimestre, 3M anuncia 1,5 mil demissões
22/10/2015 às 10h48
Publicado em 23/10/2015 às 11h08

Desemprego na América Latina subirá a 6,6% por desaceleração
27/10/2015 15h31 - Atualizado em 27/10/2015 15h32
No primeiro semestre, a taxa de desemprego atingiu 6,5% na região. Relatório diz que devem aumentar emprego informal e por conta própria.

Taxa de desemprego aumenta em setembro na região metropolitana de São Paulo
08/10/2015 20h55 - Atualizado em 09/10/2015 07h23

Complexo Petroquímico deve ter mais mil demissões
Desde janeiro, mais de 5.000 trabalhadores foram desligados do projeto

Trabalhadores protestam contra demissões em Camaçari
20/10/2015 09h05 - Atualizado em 20/10/2015 14h47
Grupo diz que indústria automobilística Ford anunciou demissões. Manifestantes caminharam nas ruas da cidade, na manhã desta quarta-feira.

Demissões em obra de Angra 3 podem afetar economia, diz prefeitura
08/10/2015 20h55 - Atualizado em 09/10/2015 07h23
Paralisação na construção pode provocar crise econômica na região. Prefeitura reuniu com a direção da Eletronuclear.

Fechamento de área da Usiminas provocará 4 mil demissões
Siderúrgica anunciou fechamento temporário das áreas primárias da usina de Cubatão
DA REDAÇÃO

Desemprego sobe a 8,7% no trimestre encerrado em agosto, o maior desde 2012
14/10/2015 09h34 - Atualizado em 14/10/2015 10h24

Pelo 2º dia, trabalhadores do setor hoteleiro protestam contra demissões
14/10/2015 09h34 - Atualizado em 14/10/2015 10h24
Segundo sindicato, cerca de 150 pessoas foram desligadas. Ato acontece na manhã desta quarta-feira, na entrada do setor.

Desemprego no país atinge mais as mulheres
Taxa de desocupação entre elas saltou de 6%, em janeiro, para 8,7%, em setembro, segundo a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE

Trabalhadores da Usiminas avaliam desativação que pode levar a 1.800 demissões
13/10/2015 08:26
ÁREAS PRIMÁRIAS
Trabalhadores avaliam desativação de áreas primárias da usina de Cubatão, coquerias, o segundo alto-forno e Sintracomos, que representa terceirizados, sede, em Santos, a partir das 15h.

Taxa de desemprego mantém tendência de alta na Grande São Paulo
MERCADO DE TRABALHO
13/10/2015 08:26

Santa Casa inicia demissões de 1,5 mil nesta terça
13/10/2015 08:26
Segundo direção do hospital, maioria dos 13 setores já foram desligados. A proposta é de 1,5 mil demissões.

Demissões em massa acontece no Hospital Santa Filomena em Monteiro
01/11/2015 às 20h49 - Atualizada em 01/11/2015 às 21h06
Neste último final de semana os prestadores de serviço do Hospital Santa Filomena na cidade de Monteiro receberam um presente da gestão do Governador Ricardo Coutinho.

Reajuste na tarifa de energia elétrica causará mais demissões no Estado do Amazonas
21/10/2015 19h18 - Atualizado em 21/10/2015 19h43

Número de demissões na região de Campinas já supera 2014, diz Ciesp
21/10/2015 19h18 - Atualizado em 21/10/2015 19h43
Foram 3,6 mil desligamentos até setembro contra 3,1 mil no ano passado. Setores que mais fecharam vagas foram de máquinas e materiais elétricos.

EM DEFESA DA PETROBRAS, PETROLEIROS ESTÃO EM GREVE

Secundaristas

Congresso da UBES, lutar contra os cortes na educação
pág. 2

Nacional

Programa do PMDB sabota mandato popular
pág. 8

Partido

Lula no Diretório Nacional do PT
pág. 9

Internacional

As eleições no Haiti
pág. 11

Secundaristas se reúnem em Congresso da UBES

É preciso colocar no centro a luta contra os cortes na Educação

Em um momento onde os governos tucanos de São Paulo (ver abaixo) e do Paraná querem fechar escolas, o governo tucano de Goiás quer terceirizar a gestão escolar para Organizações Sociais, e o governo do PSB do Distrito Federal prende professores grevistas (pag. 6), reúne-se o Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES). Nesse quadro, os estudantes que vão ao Congresso querem defender a escola pública.

O encontro nacional será nos dias 12 a 15 de novembro, em Brasília. Nas últimas semanas, foram eleitos delegados em centenas de escolas no país.

Para o atual diretor de movimentos sociais da UBES, Victor Carvalho, "diante dos cortes que a Educação enfrentou esse ano com o ajuste fiscal orquestrado pelo ministro Joaquim Levy, a UBES deve servir como ponto de apoio para a juventude resistir à destruição da educação pública. A UBES não pode se ausentar dessa luta, e é essencial que esteja ao lado da juventude, pela reversão dos cortes

no orçamento, dizendo não ao ajuste fiscal e exigindo a saída do Levy!"

A estudante Brígida Polyana, que foi eleita delegada do Centro de Ensino Médio 01 do Gama, cidade-satélite de Brasília, concorda. "Gostaria de ver o CONUBES avançar no aspecto de luta contra os cortes na Educação, pois o governo prefere fazer os cortes ao invés de investir na educação. Isso é um retrocesso em todos os sentidos. Não é favorável para poder melhorar a educação. E isso impacta muito nas cidades periféricas. Mesmo com a crise econômica que estamos enfrentando, o governo deveria dar prioridade para a educação."

Realmente, o ajuste deveria estar no centro do combate da UBES. Essa política que incentiva a recessão tira dinheiro da arrecadação dos estados, e os governos estaduais usam isso como desculpa para tirar investimentos. Enquanto isso, o governo federal cortou 11 bilhões de reais, quando deveria estar ajudando a resolver o problema crônico da educação pública.

Além dos cortes em educação, cultu-

ra, esporte, os jovens são os primeiros a sofrer com o aumento do desemprego e com a restrição de acesso ao seguro-desemprego. As medidas de ajuste do governo dão corda à crise política e está colocando, como fruto dessas medidas, a ameaça de retrocedermos tudo o que conseguimos avançar com nossa luta nos últimos anos. É o caso do Plano Nacional da Educação (PNE).

Sem dinheiro não tem PNE!

A direção da UBES, cuja maioria é da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB, anuncia que um dos eixos que vai defender no Congresso é a "implementação do PNE". O problema é que não dizem que o ajuste fiscal compromete a aplicação do que existe de positivo neste plano - a começar pelos 10% do PIB para a Educação! Por exemplo, cortando bilhões de investimento no ensino superior, como garantir a necessária ampliação de vagas nas universidades públicas, uma das metas do plano? Ou, cortando outros bilhões de verbas que iam servir para construir creches, como implementar a meta de atender metade das crianças de 0 a 3 anos?

Ao longo do congresso, os estudantes agrupados pela tese "UBES é Pra Lutar" (organizada pela Juventude Revolução) vão combater para que a entidade encare essa questão de frente! Vão dialogar com todos os

delegados, tentando convencer que é preciso que a UBES deixe de ter posições genéricas de "defesa da Educação", "contra os cortes" para botar o dedo na ferida! Toda a clareza e foco para combater o ajuste fiscal - é assim, ligando a luta por democracia à luta pelos direitos da juventude que vamos dar a melhor contribuição à resistência contra qualquer tentativa de golpe!

O que não dá para aceitar é que tentem desviar a atenção da crise que ameaça a juventude dizendo que é preciso que o Conubes organize uma fiscalização da Lei da Meia Entrada - que vai limitar o número de ingressos vendidos com desconto para estudantes. Mas a direção da UBES comemora a regulamentação porque vai multiplicar o número de carteirinhas vendidas.

Os estudantes eleitos para o Congresso com a tese a "UBES é pra Lutar!" vão a Brasília com a disposição de discutir essas e outras questões com todos os delegados. A tese afirma: "Diante dos ataques constantes que a juventude vem sofrendo como os problemas da educação, o genocídio da juventude nas periferias ou a destruição pelas drogas, precisamos mais ainda de uma entidade que se posicione de forma mais firme e que mobilize milhares de estudantes desse país por melhorias, para que a juventude não somente sonhe, mas conquiste!"

É oficial: Alckmin quer fechar quase 100 escolas!

Luta contra esse plano, que tem reunido milhares de jovens, vai ao Palácio dos Bandeirantes



29/10 Manifestação em SP contra fechamento de escolas

Depois de meses afirmando que eram boatos, o governo Alckmin (PSDB) finalmente comunicou à comunidade escolar seus planos para o próximo ano. 94 escolas devem ser fechadas! Outras centenas vão deixar de oferecer algum ciclo escolar (Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio). 311 mil estudantes serão transferidos.

No dia 29 de outubro, 50 mil pessoas se manifestaram na Av. Paulista contra a reestruturação. Esse ato foi a maior concentração de um movimento forte, que está envolvendo a

maioria das escolas do estado e que tem levado, todos os dias, estudantes e professores às ruas.

Em uma paralisação e ato organizados na Escola Estadual Oswaldo Cruz, por exemplo, os alunos dialogaram com a comunidade, explicando que queriam permanecer naquela escola. César Nunes, militante da Juventude Revolução e estudante de outra escola estadual, a Seminário Nossa Senhora da Glória, esteve presente para apoiar. Ele afirmou: "a reestruturação também tem o objetivo de fechar turmas do ensino noturno, é o caso da minha escola. Alckmin vai atingir os estudantes que são trabalhadores."

De fato, está evidente que Alckmin não têm preocupação com o ensino dos filhos do povo trabalhador. A maioria das escolas que ele quer fechar ficam na periferia.

A resistência continua, e o próximo ato é no dia 10 de novembro. A manifestação vai até a porta do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.



Ao longo das últimas semanas espalharam-se no país atos contra o Projeto de Lei do Eduardo Cunha que dificulta o aborto legal em caso de estupro e penaliza as vítimas da violência sexual, das quais 66,8% têm entre 10 e 19 anos. Na foto, a manifestação de 30/10 em São Paulo, quando também pediram a saída de Cunha. O PL 5069 está em tramitação na Câmara. Você pode ler mais sobre o PL na nossa edição 774.

Apoiar os trabalhadores e não o ajuste!

O drama que se anuncia na Baixada Santista (SP), com a decisão da Usiminas de suspender a produção de setores da empresa para “dar competitividade diante do quadro de deterioração progressiva do mercado siderúrgico” vai provocar, de imediato, a perda de quatro mil empregos diretos. Está aí mais uma penosa consequência, para os trabalhadores, da política de ajuste de Levy a serviço do capital financeiro internacional.

A prefeita de Cubatão, Márcia Rosa (PT), onde está a Usiminas, afirmou que, caso esse plano se concretize, a “cidade fecha”. A prefeita e uma delegação de sindicalistas vão a Brasília pedir ao governo federal que ajude a impedir que essa tragédia ocorra, e os sindicatos de todas as centrais da região decidiram realizar uma paralisação geral em 11 de novembro para fazer a empresa recuar da decisão.

A pergunta é: Dilma pode ajudar a impedir que as demissões se concretizem se mantém a política que já jogou quase nove milhões de trabalhadores no desemprego?

Os petroleiros iniciaram uma greve nacional em defesa da Petrobras, contra a venda de ativos pela direção da empresa. Nas palavras de um dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), “certamente as ações de desinvestimento nessa que é a maior empresa brasileira, uma das maiores do mundo, a

Petróleo Brasileiro S/A, tem dado uma contribuição muito forte para mergulhar o país numa crise econômica grave”.

A pergunta é: Dilma pode reverter esse plano de desmonte, mantendo no comando da economia um ministro que serve aos

MUDAR DE POLÍTICA, ESSENCIAL PARA A SOBREVIVÊNCIA DO PT

banqueiros e às grandes multinacionais? Em recente declaração, Joaquim Levy deu apoio ao projeto de José Serra (PSDB), que acaba com o regime de partilha do Pré-Sal, para entregar às grandes petrolíferas estrangeiras a riqueza produzida. O mesmo Levy, que por exigência do imperialismo, pressionou diretamente pela aprovação da lei antiterrorismo, acenando com o rebaixamento das notas pelas agências de risco.

A resposta a estas perguntas está dada. O ajuste só produz índices alarmantes para as famílias trabalhadoras: 8,7% de desempregados no 3º trimestre do ano, renda média salarial em queda, patrões acuando os trabalhadores com ameaça de desemprego, impondo, em algumas categorias, reajustes menores que a inflação, ou redução de jornada com redução de salário.

Dilma não poderá ajudar os trabalhadores e defender a nação com a política comandada pelo ministro dos banqueiros. Ou ela muda a política econômica, ou os trabalhadores, cada vez mais, não se reconhecerão no governo que elegeram.

E o PT, de que lado ficará?

Em recente reunião, aberta por discurso de Lula em defesa do ajuste, o contrário do que dissera 16 dias antes aos delegados do 12º CONCURT, o Diretório Nacional do PT adotou uma resolução sem nenhuma consequência prática na luta contra a atual política, mantendo o PT submisso ao ajuste do governo Dilma/Levy e de costas para sua base social.

Nessa grave situação, ganha importância maior o Encontro Nacional de sindicalistas petistas, em 27 de novembro. “Mudar de política e de plano econômico é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores”, diz a convocatória.

“Ou Dilma muda a política econômica, ou o PT deve mudar sua relação com o governo dela!”, diz o Manifesto de Alarme do Diálogo e Ação Petistas, submetido à discussão nas reuniões de grupos de base que se engajam na luta com os trabalhadores contra a política econômica que empurra o país para precipício.

CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA!

Adquira o Calendário O Trabalho 2016!

Na sétima semana de campanha, estamos com 36% do objetivo de arrecadação. É hora de fazer o termômetro subir!

“A luta contra o imperialismo” é o tema do calendário de 2016, editado por O Trabalho. Compre seu calendário e nos ajude a manter a independência para reforçar a luta dos trabalhadores, tarefa mais urgente do que nunca, diante da crise do imperialismo.



Memória

DITADURA EM CRISE MONTA PROVOCAÇÕES

A condenação do professor David Maximiliano e as torturas que o vereador Paulo Eduardo Vilanova denuncia que sofreu para “confessar-se” membro da Organização Socialista Internacionalista são dois fatos intimamente ligados. Eles demonstram (...) a atuação do regime militar: procura, por todos os meios a seu alcance, reprimir e golpear as organizações do movimento operário e democrático. Assim, monta-se uma provocação policial absolutamente fantástica – e um sindicalista (...), colaborador de “O Trabalho”, é condenado a um ano de prisão. Posteriormente, transforma-se um vereador do PMDB (...) num perigoso terrorista, membro de uma organização que o regime obriga a manter-se na clandestinidade, a OSI.

O Trabalho nº 85 – 12/11/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Para permitir a pilhagem, pretensão “combate” à corrupção

Lava Jato, Zelotes... operações contra as organizações dos trabalhadores a serviço das multinacionais

Ministério Público, Polícia Federal, Tribunais, juízes como Sérgio Moro - fã da Operação Mãos Limpas na Itália, que resultou na ascensão de Silvio Berlusconi - todos promovidos a heróis pela imprensa burguesa, e aplaudidos pelo PSDB & Cia, inundam o país numa onda de pretensão combate a corrupção.

No rastro da Lava Jato, que condenou sem provas o tesoureiro do PT, companheiro João Vaccari, a 15 anos de prisão, desenvolve-se uma operação contra a Petrobras, para abrir o caminho aos apetites das multinacionais petrolíferas, representadas no projeto do senador Serra (PSDB) que propõe acabar com o regime de partilha do pré-sal. Não é mera coincidência que “autoridades” dos EUA tenham iniciado um processo para investigar a PDVSA, estatal venezuelana de petróleo. Para apoderar-se do petróleo, o imperialismo dos EUA lança mão de guerras e também do expediente do combate à corrupção (ver box).

Agora, os holofotes se voltam também para a operação Zelotes, que deveria investigar empresas suspeitas de atuar junto ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazen-



Operação contra o PT

da, para reverter ou anular multas por elas devidas à União.

Entre as empresas suspeitas estão, por exemplo, os bancos Santander e Bradesco que, juntos, teriam songado cerca de 6 bilhões de reais. Estão também a Ford (\$ 1,78 bi), o Grupo Gerdau (\$ 1,22bi), a RBS, afiliada à rede Globo (\$ 671 milhões) e a MMC Mitsubishi (\$ 505,33 milhões). Aliás, outro suspeito de envolvimento é Augusto Nardes, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) que reprovou as contas do primeiro mandato do governo Dilma. Estão sob suspeita 74 processos que somam R\$ 19 bilhões em valores devidos ao fisco, equivalente a três vezes mais do

que a operação Lava Jato diz que foi desviado do Petrobras.

Essas empresas deveriam ser investigadas, mas...

Fechando o cerco

Não se tem notícia de mandato de busca e apreensão no Santander, Ford, etc. Mas a mídia estampou como quem aplaude do camarote, a operação de busca e apreensão na empresa de Luiz Cláudio Lula da Silva, filho de Lula, colocado sob investigação por sua empresa ter recebido cerca de 2 milhões de reais de uma empresa de lobistas que teria atuado na prorrogação da medida provisória de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Independentemente de qualquer outra coisa, a começar pelo fato de que os benefícios dados, em particular às montadoras, com ou sem lobby só serviu para drenar dinheiro público para as multinacionais, salta à vista o “esmero” da investigação: dos cerca de 19 bilhões que somam os 74 processos da operação Zelotes, o alvo é o filho de Lula! E, prosseguindo o espetáculo, no dia seguinte ao mandato de busca e apreensão, em 27 de outubro, num procedimento totalmente não usual, a Polícia Federal, sem pedido da juíza responsável, despencou às 23 horas na residência de Luiz Cláudio, para intimá-lo a de-

por. Munição para mais um capítulo na mídia para achincalhar o PT.

“Investigadores fecham o cerco a Lula em seis frentes”, título de matéria da imprensa, que informa que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal “estão fechando o cerco ao ex-presidente Lula em ao menos seis frentes de apuração criminal” (Valor 3/10).

Fica cada vez mais evidente que travestido de combate à corrupção, o que está em curso não são operações para proteger os cofres públicos, mas uma única operação, com vários tentáculos, para aniquilar o PT.

Ao condenar, na espetacularmente fraudulenta Ação Penal 470, quatro dirigentes do partido, ao condenar Vaccari, na operação Lava Jato, sem provas, ao manter José Dirceu na cadeia e agora, ao “fechar o cerco” a Lula, o que se busca é aniquilar, através da operação contra o PT, a confiança da classe trabalhadora em sua capacidade de organização.

“É hora de reagir!”

Essa ofensiva progride com mais facilidade, em função da paralisia da direção do PT, desde a Ação Penal 470.

É bem vinda a iniciativa de companheiros que chamam, para o dia 6 de novembro, uma atividade numa sub-sede do Sindicato dos Bancários em São Paulo, a propósito do aniversário de Vaccari (30/10). “No dia 6 de novembro vamos lançar uma campanha **Liberdade para Vaccari**. Vamos realizar atos e outras atividades. Para defender nosso companheiro e o PT. É hora de reagir”, disse Luiz Cláudio Marcolino, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e membro da Comissão Executiva Estadual do PT.

Misa Boito

EUA coloca PDVSA sob suspeita

“As autoridades americanas iniciaram uma série de investigações abrangentes sobre a possibilidade de os líderes da Venezuela terem usado a PDVSA para pilhar bilhões de dólares do país através de propinas e outros esquemas, dizem pessoas a par do assunto. As investigações, realizadas por autoridades federais em várias jurisdições dos Estados Unidos, também tentam provar se a PDVSA e suas contas no exterior foram usadas para outros fins ilegais, incluindo esquemas de câmbio no mercado negro e lavagem do dinheiro das drogas, dizem as pessoas (...). No início do mês, promotores de Nova York, Washington, Missouri e Texas e agentes do Departamento de Segurança Nacional, da Agência de Combate às Drogas, da polícia federal dos EUA (FBI) e de outras agências se reuniram pessoalmente ou por teleconferência em Washington para coordenar as ações e compartilhar provas e testemunhas em várias investigações sobre a PDVSA, dizem três pessoas a par do assunto.” (The Wall Street Journal, 22/10).

As multinacionais agradecem

Levy defende projeto de interesse das grandes petrolíferas

O Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, durante evento em Marakech, Marrocos, defendeu abertamente o projeto do senador José Serra do PSDB, contra a lei da partilha para o Pré-Sal, regime adotado no segundo mandato de Lula. “O Brasil pode mudar as regras para a obrigatoriedade de presença da Petrobras em todas as áreas do pré-sal, instituindo

maior ‘liberdade’”, disse o ministro.

Com isso ele vai direto a um dos pontos do que incomoda as multinacionais do petróleo, a obrigatoriedade de participação de ao menos 30 por cento da Petrobras nos campos do pré-sal, instituída pelo regime da partilha. Sob pretexto que tal obrigatoriedade “engessa” a Petrobras, os “críticos” desse regime aproveitam o

caminho aberto pela operação Lava Jato para voltar ao regime de concessão da época de FHC - no qual as petrolíferas concessionárias faziam o que bem entendiam na exploração e na designação da riqueza produzida para a exploração pré-sal.

“Questionado sobre o tema durante sessão de perguntas e respostas da ‘Atlantic Dialogues’ o ministro Levy

saudou a iniciativa da estatal de dar foco aos seus principais negócios, também afirmando que o fato de a Petrobras ser operadora dos blocos do pré-sal não significa que ela opera sozinha, já que conta com a participação de outras companhias como Shell e Total. ‘Podemos rever isso, podemos dar mais liberdade a isso. As coisas mudam e o Brasil sabe como se adaptar.’ (Brasil 247)

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



REUNIÃO EM SANTOS DEBATE “MANIFESTO DE ALARME!”

Na pauta, ameaças de demissão na Usiminas

O Diálogo e Ação Petista da Baixada Santista promoveu, dia 31 de outubro, um debate com Markus Sokol, da Direção Nacional do PT e integrante do Comitê Nacional do DAP, na sub-sede da Apeoesp, (sindicato dos professores da rede estadual de São Paulo), em Santos.

Sokol partiu dos elementos destacados no “Manifesto de Alarme!”, do DAP, enfatizando o aprofundamento da crise no período de menos de duas semanas que se seguiu: o recuo de Lula, defendendo o ajuste de Levy na reunião do Diretório Nacional do PT, a grosseria de Dilma contra o presidente nacional do partido, Rui Falcão, o plano Temer de ajuste estrutural, a reação da CUT a este plano e o apoio do governo à lei antiterrorismo, que teve o voto contrário da bancada do PT no Senado. Ele destacou os pontos principais constantes do “Manifesto de Alarme!”: acabar com o superávit primário, baixar os juros e centralizar o câmbio, como medidas para desenvolver a indústria, proteger e incrementar os empregos, manter e ampliar os direitos sociais. E disse que Dilma precisa mudar a política econômica: “Ou isso, ou o PT deve mudar sua relação com este governo. Integrando a situação na Baixada com o anúncio de que a Usiminas vai fechar setores da produção, o que deve implicar de imediato na perda de 4000 postos de trabalho, defendeu que “o governo deveria intervir na Usiminas (antiga

Cosipa, privatizada com apoio financeiro do BNDES), com propostas efetivas de defesa dos empregos e, se for preciso, reestatizar, se a empresa não voltar atrás nas demissões e o movimento encarar esta saída”.

No debate que se seguiu, várias questões importantes foram abordadas.

Para Marta, “minha esperança durante a campanha da Dilma era o dinheiro do pré-sal poder aumentar o salário do professor. O governador Alckmin entrega para a iniciativa privada o que a gente constrói com dinheiro público”. Glauco lamentou a situação das empresas de comunicação, “que ganham muito dinheiro e recebem desoneração fiscal do governo”. Bárbara foi clara: “O capitalismo tira dos de baixo”.

Newton, fundador do PT, lamentou o afastamento do partido de seus compromissos históricos, dizendo ser inadmissível um governo petista manter o superávit primário. Djalma, dirigente sindical, referiu-se ao problema da Usiminas e propôs que o DAP levasse essa discussão para toda a cidade de Cubatão.

No final do debate, Sokol falou da importância do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT (São Paulo, 27 de novembro), e convidou “todos a se agruparem nos grupos de base do DAP para agir como o PT agia”.

colaborou: Solange Santana

MANTER AS BANDEIRAS HISTÓRICAS DO PARTIDO

Grupo de base na comunidade Chico Mendes em Recife

Foi formado mais um grupo de base do Diálogo e Ação Petista, em reunião na comunidade Chico Mendes, no bairro de Areias, em Recife. Com a participação de sete militantes do PT, a reunião discutiu o “Manifesto de Alarme!” do DAP, o Encontro Nacional de Sindicalistas do PT e a organização do DAP (cadastramento e finanças). Foi eleita uma coordenação formada por quatro primeiros companheiros.

“A reunião aqui na Chico Mendes tem a responsabilidade de dar continuidade a luta do PT como foi na sua origem. O DAP/Chico Mendes se construiu para manter as bandeiras históricas levantadas pelo partido”, disse Bernardino.

As falas de sucederam. Para Silvia, que depende do Bolsa Família, Dilma não pode cortar 10% do programa. Para

Silvia, Levy é o culpado pela ameaça do corte. João Manuel lembrou que Levy é Bradesco, ou seja, capitalismo. Cláudia afirmou que “se Dilma escutar a base, podemos mudar essa situação”.

Guedes lembrou que Dilma foi eleita pelo PT, mas agora não quer ouvir o partido. “Ou ela muda, ou muda o PT”. Para Joselita, o Congresso é “retrogrado, a maioria é de direita, empresários. A reforma política é que vai fazer a diferença”. Bernardino disse que “um governo de colaboração de classe abre a brecha para o PT ser atacado”.

No final, foi discutido como ajudar no sucesso do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT e como ampliar o grupo de base do Diálogo e Ação Petista.

Correspondente

NA BAHIA, NA LUTA COM OS TRABALHADORES

Reunião tira moção de apoio aos trabalhadores da Ford, contra as demissões



Trabalhadores da Ford Camaçari (BA) lutam contra demissões

Os trabalhadores da Ford em Camaçari (BA) paralisaram as atividades no dia 20 de outubro e fizeram passeata na cidade, em protesto contra as demissões anunciadas pela empresa, que podem chegar a 1.400. Eles cobraram do presidente da Ford Brasil e Mercosul, Steven Armstrong, e do governador Rui Costa (PT) uma solução para o problema. O governador comprometeu-se a intermediar a negociação.

“Negociação” com limites bem precisos, aliás! A Ford explica que quer “adequar o nível de produção à demanda do mercado”. Para os trabalhadores, o que interessa é defesa dos empregos, nenhuma demissão. “Fora Levy e sua política recessiva”, como diz a moção aprovada pelo núcleo de base local do Diálogo e Ação Petista de Camaçari (BA), reunido no dia 30 de outubro.

“Está certa a CUT que exige do governo a mudança da política econômica, pois é ajuste do ministro Levy que leva o país à recessão e faz aumentar as demissões”, diz a moção.

Na reunião, realizada na sede do Sintax, Cláudio, do Comitê Nacional do DAP, salientou que as conquistas dos trabalhadores estão em risco, devido à política econômica de Levy, e que é preciso ir às ruas, com a CUT e os sindicatos. Destacou a necessidade de se discutir com os petistas o “Manifesto de Alarme!”

Os presentes decidiram organizar uma

delegação da Camaçari ao Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, dia 27 de novembro. A reunião também discutiu a organização e as finanças do DAP.

Vigilantes contra demissões e condições de trabalho

O companheiro Cláudio dos Santos, dirigente do sindicato dos vigilantes e membro do Comitê Nacional do DAP, enviou um relato da luta da categoria.

“O Sindicato dos Vigilantes da Bahia fará assembleia no dia 9 de novembro para discutir as 2.600 demissões da empresa Protector Vigilância, que prestou serviços à prefeitura de Salvador, que tem à frente ACM Neto (DEM).

Mas os problemas enfrentados pelos vigilantes não estão apenas em Salvador. Em todo o estado, governado pelo petista Rui Costa, esses trabalhadores, em grande parte terceirizados, enfrentam condições de trabalho precárias. No Hospital Geral da Bahia, os vigilantes chegam a fazer suas refeições no mesmo local que serve de vestiário e para armazenar materiais, na proximidade dos resíduos hospitalares. Os riscos para a saúde desses trabalhadores são enormes. O sindicato tem denunciado esta situação, exigindo fiscalização e cumprimento das leis e dos acordos”.

“Uma greve em defesa do Brasil!”

Petroleiros estão paralisados desde 1º de novembro

É com esse título que Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) divulgou o “Comunicado à População” dizendo: “Os petroleiros entraram em greve neste domingo (1/11) por uma causa que é de todos os trabalhadores brasileiros: a luta contra a privatização da Petrobrás, a defesa da vida e da soberania.”

Em vídeo, João Antônio de Moraes, Diretor da FUP, diz: “É necessário que o povo dê um basta ao ajuste fiscal que está mergulhando o país numa recessão” e que “certamente as ações de desinvestimento nessa que é a maior empresa brasileira, uma das maiores do mundo, a Petróleo Brasileiro S/A, tem dado uma contribuição muito forte para mergulhar o país numa crise econômica grave”.

Os graves ataques à Petrobras afetam a economia do país e comprometem



milhões de empregos. “O condenável esquema de corrupção, envolvendo ex-diretores e ex-gerentes, não pode servir de pretexto para privatizar uma empresa, cujos investimentos gerados respondiam, até bem pouco tempo, por 13% do PIB.”, diz o comunicado, que denuncia o corte de mais de R\$ 500

bilhões em investimentos estratégicos da estatal e a privatização de subsidiárias e de unidades.

Segundo o Ministério da Fazenda, para cada R\$ 1 bilhão que a Petrobrás deixa de investir no país, o efeito sobre o PIB é de R\$ 2,5 bilhões. Se os cortes na Petrobrás continuarem, a estimativa é de que 20 milhões de empregos deixem de ser gerados até 2019. Só na indústria naval, 15 mil metalúrgicos foram desempregados no primeiro semestre do ano. No setor petroquímico, 30 mil postos de trabalho estão ameaçados. Outros milhares de trabalhadores terceirizados já foram demitidos ou estão na mira de corte.

Os petroleiros também não admitem a retirada de nenhum direito adquirido nos últimos anos e reivindicam que a empresa coloque em prática medidas de segurança que proteja a vida dos trabalhadores. Só nesse ano, 19 trabalhadores morreram em consequência de acidentes fatais na companhia.

A FUP diz que a luta principal dos petroleiros é “a retomada dos investimentos da Petrobrás, a manutenção dos empregos, a defesa das conquistas que o país garantiu nos últimos anos e a garantia de condições seguras de trabalho.”

Em nota conjunta, a CUT e a FUP “clamam todas as CUTs Estaduais, todos os sindicatos filiados e os movimentos sociais

a se engajarem na greve dos petroleiros. Esta luta é de todos os brasileiros.” Todo o apoio à greve dos petroleiros!

Nilton de Martins

GERENTE DA RLAM MANDA PRENDER SINDICALISTAS

A Gerência Geral da Refinaria Landolfo Alvez (Rlam), na Bahia, na madrugada de 3 de outubro, quando de um atentado contra a organização sindical, mandou prender, na porta da refinaria, Dewid Barcelar, representante dos petroleiros no Conselho de Administração da Petrobras e mais dois sindicalistas, Agnaldo e Wandaick. Eles foram detidos ilegalmente pela Polícia Militar da Bahia. Após serem liberados, prestaram queixa crime contra a PM na delegacia da cidade de Candeias denunciando as agressões físicas sofridas, e contra a Petrobrás que chamou polícia para atacar a liberdade e exercício de atividade sindical. A denúncia registra também a atitude da PM contra o exercício da imprensa com a danificação da máquina do repórter fotográfico que registrava as prisões.

Em nota de repúdio a essa repressão, a FUP afirma que “arbitrariedades e práticas antissindicais não serão toleradas pelos petroleiros. A resposta da categoria é intensificar a greve.”

Repressão contra professores em Brasília

Categoria responde ao ataque fortalecendo a greve



Agridida e presa pela PM Meg, no centro, é apoiada por companheiros
Assembleia reúne 12 mil professores

No dia 28 de outubro, os professores do Distrito Federal, em greve, estavam fazendo uma manifestação no eixo rodoviário, uma das principais avenidas de Brasília. Era a atividade que fazia parte do calendário aprovado pelo comando de greve. As ruas foram parcialmente fechadas e quando foi feito um acordo com o comando da Polícia Militar para encerrar o ato, e os professores estavam de saída, o BOPE chegou atirando balas de borracha, spray de pimenta e gás lacrimogêneo numa batalha campal. Professores foram arrancados de seus carros com violência pela PM e cinco foram presos, além de dois rodoviários que pararam os ônibus em solidariedade. Entre os presos, estava Meg Guimarães, diretora do Sinpro (sindicato da categoria) e Vice-Presidente da CUT DF, militante

da Corrente O Trabalho.

A resposta dos professores, diante da repressão promovida pelo Governador Rollemberg (PSB), foi a de fortalecer a greve. A população ficou impressionada com a dura agressão. O governador falou em tirar o comandante da PM, mas depois voltou atrás.

No dia 30 de outubro, ocorreu uma das maiores assembleias da categoria, com mais de 12 mil professores. Meg destacou que a agressão aos professores com prisão é uma forma de criminalizar o sindicato e atacar as organizações dos trabalhadores, e que a melhor forma de combater essa política seria maior unidade da categoria até a conquista da pauta apresentada, fortalecendo os piquetes em cada escola e cada regional.

Correspondente

Bancários arrancam reajuste de 10%

Mobilização Nacional dobrou a intransigência dos banqueiros

A greve nacional dos bancários, de 21 dias, foi marcada por uma forte mobilização que rechaçou a proposta inicial dos banqueiros, que era de 5,5% de reajuste, o que acarretaria perda salarial em relação à inflação anual. Mas os lucros deles só aumentam. Para se ter uma ideia, só no 1º semestre de 2015, os cinco maiores bancos (BB, CEF, Itaú, Bradesco e Santander) obtiveram lucro de R\$ 36,3 bilhões, ou seja, um crescimento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A mobilização dos bancários foi fundamental para quebrar a arrogância dos banqueiros.

Os banqueiros elevaram a proposta para 10% do índice de reajuste sobre o salário, e em 14% os vales alimentação e refeição. Reajusta também em 10% o piso salarial, além de garantir a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A proposta foi aprovada com mais de 90% dos Sindicatos da base que compunha o Comando Nacional de Greve.

“Os bancos quiseram se aproveitar

deste período controverso no cenário político e econômico para impor um reajuste abaixo da reposição da inflação. Eles tentaram ainda um cala boca em forma de abono. O reajuste é uma conquista mais importante para a categoria, pois incide no piso e na PLR. Consideramos muito importante também a manutenção das nossas conquistas históricas. Foi uma grande vitória, pois além da adversidade política e econômica, superamos a forte intransigência dos bancos”, destacou Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

A força da greve demonstra que os trabalhadores não estão dispostos a pagar o custo dessa crise que não foram eles que criaram, e a certeza de que a luta vale a pena.

João B. Gomes

De novo sobre o PPE no CONCUT

Mais uma falsificação do debate, desta vez da “Esquerda Marxista”

Ainda que seja difícil dar crédito a uma matéria que erra até no número de membros da Executiva nacional, eleitos no 12º CONCUT, o balanço do congresso publicado pela corrente Esquerda Marxista (EM, que saiu do PT rumo ao PSOL) é uma “obra de arte” em matéria de falsificação.

Nele pode-se ler que “somente uma questão política foi a voto: sim ou não ao Plano de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz salário e jornada e é bancado com dinheiro do governo, jogando no lixo a posição histórica da CUT de luta por redução da jornada sem redução de salário”.

Primeira falsificação: não foi a voto o “sim ou não” ao Programa (e não Plano) de Proteção ao Emprego (PPE), mas sim uma resolução que reafirmava a posição da CUT de “redução da jornada SEM redução de salários”, constatava que o ramo industrial (metalúrgicos) havia negociado com o governo o PPE, mas que o debate sobre o tema prosseguiria na central. Alex dos Santos (EM), ao lado de um delegado do POR, falou contra essa resolução, projetada no telão e lida pela mesa.

A falsificação continua: “A defesa do PPE foi feita por Júlio Turra (OT) e João Felício (ArtSind). Turra foi entusiasticamente aplaudido por Wagner, presidente da CUT e outros dirigentes (ver foto ao



“Eleição da nova gestão 2015 a 2019” (legenda do site da CUT) Julio Turra defendendo a chapa única

lado)”. É incrível, na verdade Julio falou contra o PPE, defendendo a resolução pois ela “em nada prejudica a posição de quem é contra e ainda reafirma a posição da central de redução da jornada sem redução de salários” (ver OT 775).

Até foto é manipulada

Quanto à foto de Julio aplaudido por Vagner Freitas e outros dirigentes, que reproduzimos, é da fala de defesa da chapa única, como se pode constatar no site da CUT. Aliás, a EM integrou a chapa única, não na Executiva (de 44 membros, e não 46 como publicou), mas com um dos 138 membros da direção nacional,

indicado por uma dirigente da ArtSind da Confetam (municipais). Já o debate sobre o PPE foi feito no microfone do plenário!

Para dar base à sua versão do CONCUT, o artigo da EM é recheado de citações com trechos escolhidos a dedo para confirmar a fábula de que “

encabeçou a luta contra essa aberração”.

Nele, chega a destilar coisas do tipo: “A ala majoritária (da ArtSind) excluiu o setor ligado a Jaci Afonso (bancário) da executiva porque ele não aceitou apoiar o PPE”. Jaci Afonso, que se absteve na votação sobre o PPE, já havia comunicado antes do CONCUT que não continuaria, mas seu companheiro(a)s de “setor” mantiveram-se na Executiva e direção da CUT.

A questão de fundo é que a EM recusou uma resolução que impede setores que defendem o PPE (que já é lei com validade até 2017) reivindicá-lo como posição da CUT e que reafirma a posição de “redução da jornada sem redução de salários”, para tentar aparecer como os únicos “revolucionários” num congresso, como escrevem em seu balanço, “profundamente burocrático e dedicado a defender o governo, fazer críticas inócuas e ignorar todas as lutas em curso no Brasil”. Triste papel!

Lauro Fagundes

Federais: a campanha de 2015 e a continuidade da luta

Reivindicações dos servidores chocaram-se com Plano Levy

A campanha salarial dos servidores Federais bateu de frente com o ajuste fiscal do governo Dilma. Sua pauta, entregue em fevereiro, depois de manifestações e greves, só recebeu resposta do governo em 25 de junho, que pretendia impor um inaceitável acordo de 4 anos, engessando a luta salarial e o direito de negociação coletiva. Além disso, o governo negou a reposição da inflação de 27,3% (período 2010-2015).

A persistente pressão sobre o governo – com a atuação da Condsef e da CUT – resultou num acordo de 2 anos, com correção nos benefícios (alimentação, saúde e creche) e reajuste salarial de 10,8% em duas parcelas (o ajuste fiscal transferiu a 1a. parcela de janeiro para agosto de 2016, a 2a. é para janeiro/2017).

Para cerca de 200 mil servidores haverá incorporação da gratificação de desempenho ao vencimento, beneficiando também aposentados. Questões específicas serão tratadas em grupos de trabalho.

Problemas no Fórum dos Federais

A campanha poderia ter arrancado melhores resultados se o bloqueio do ajuste fiscal fosse combatido em unidade com o conjunto dos trabalhadores, a partir das mobilizações chamadas pela

CUT e movimentos populares contra o Plano Levy e em defesa do mandato popular contra a ofensiva da direita.

Mas no Fórum dos Federais, as entidades influenciadas pelo sectarismo cego do PSTU-Conlutas insistiam numa denúncia estéril do governo, deixando de lado as reivindicações. Chegaram até a ser contra apresentar contrapropostas ao governo.

Nos docentes, a greve de 139 dias acabou desintegrando-se, sem que as direções do Andes-SN (reproduzindo a linha Conlutas) e do Proifes (ligada ao governo) abrissem uma saída.

No Judiciário, uma aliança PSTU-direitista Fenajuferecusou-se a buscar negociação salarial com o STF, apostando no Congresso de maioria reacionária para derrubar o veto de Dilma ao PLC 28.

Agora é preparar a retomada da luta pela recomposição salarial e barrar projetos que ameaçam direitos, em especial a PEC 139, parte do ajuste fiscal, que acaba com o abono permanência. Para tanto se impõe reforçar a unidade dos cutistas para dar um ponto de apoio à luta pelas reivindicações gerais e específicas dos servidores federais.

Edison Cardoni

Alerta geral em defesa da Previdência

Medidas pontuais ou um objetivo do governo?

O novo ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rosseto (PT), andou sondando as centrais sindicais sobre uma possível discussão, no Fórum criado pelo governo com as centrais e empresários, de uma nova reforma da Previdência. É pouco provável que as centrais aceitem debater isso no atual momento, assim é possível que o governo monte grupos de trabalho para seguir discutindo tão espinhoso tema.

Mas, o sinal de alerta deve ser acionado. Em 25 de outubro, a CNN, rede internacional de notícias baseado nos EUA, levou ao ar uma entrevista feita com Dilma um mês antes, em 25 de setembro, quando de sua visita a Nova York para discursar na Assembleia Geral da ONU.

Na entrevista, concedida ao jornalista Fareed Zakaria, Dilma, segundo as agências de notícias, afirmou que a crise deve servir para alavancar as reformas fiscal e

da previdência, apesar de ser uma “experiência dolorosa”. Acrescentou ainda que o seu compromisso com estas reformas é absoluto, já que elas serão o seu “legado decisivo” para propiciar um novo ciclo de crescimento para o país.

Se se confirma que Dilma pretende deixar tal “legado” de ajuste fiscal e contrarreforma da Previdência, a situação é mais grave do que se imagina. Ao invés de medidas pontuais para “equilibrar contas”, como muitas vezes alega o governo, estaríamos diante de um objetivo a ser alcançado.

Razão a mais para que a CUT e o conjunto do movimento sindical recusem qualquer intento de reforma da Previdência que reduza ainda mais os direitos dos trabalhadores no âmbito da Seguridade Social.

Julio Turra

A espiral da queda do emprego e dos salários

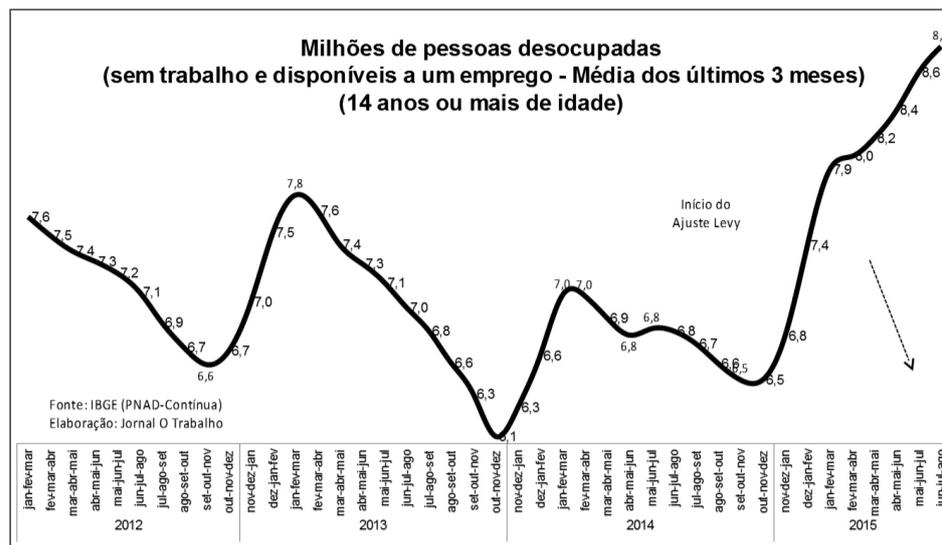
Com recessão provocada pelo ajuste fiscal são quase 9 milhões de desempregados no país

A taxa de desemprego no Brasil atingiu 8,7%, quase 9 milhões de desempregados, no trimestre encerrado em agosto, o que representa um salto frente aos 6,9% do trimestre anterior. São dados da pesquisa "PNAD-IBGE contínua", baseada em amostras de todo o país (não apenas das regiões metropolitanas) e calculada pela média dos três últimos meses.

O número de trabalhadores ocupados manteve-se relativamente estável. A elevação do desemprego deve-se, portanto, ao aumento de desocupados que começaram a procurar emprego. São em grande medida jovens (acima de 14 anos), que até recentemente não trabalhavam (apenas estudavam), mas que estão sendo agora compelidos a buscar trabalho para compensar a queda na renda real de suas famílias.

A pesquisa mostra que do penúltimo para o último trimestre houve também uma queda no rendimento médio real habitualmente recebido pelo trabalhador, que passou de R\$ 1.904 para R\$ 1.882.

Além disso, dentre a parcela de trabalhadores ocupados, caiu o número de empregados com carteira assinada, com o fechamento de 425



mil postos formais nos últimos três meses (1,1 milhões nos últimos 12 meses). E, em troca, cresceu o número de trabalhadores por conta própria -- emprego informal (alta de 900 mil de um ano para cá).

A forte piora no emprego e na renda dos trabalhadores é consequência direta do ajuste fiscal de Levy. Os cortes de gastos públicos significam menos empresas sendo contratadas pelo governo. A alta nos juros Selic também as desincentiva a investirem na produção. Tudo isso leva a demissões e a recessão. E essas reduzem o poder de barganha dos trabalhadores

que têm seus salários (e consumo) reduzidos -- gerando menos incentivos aos investimentos empresariais e assim por diante...

Usiminas Cubatão

Um exemplo dessa espiral infernal é o drama vivido por milhares de trabalhadores de Cubatão (SP). A Usiminas anunciou na semana passada a desativação das sinterizações, coquearias, do segundo alto-forno (o primeiro foi paralisado em maio), e da aciaria da siderúrgica na cidade (a Cosipa) dentro dos próximos quatro meses. Em nota a Usiminas

afirma que a decisão visa colocar a empresa em um "novo patamar de escala e competitividade perante um contexto econômico de deterioração progressiva do mercado siderúrgico." A medida deve resultar em 1800 demissões na empresa, acarretando um efeito em cadeia. Empresas fornecedoras da Usiminas também fecharão as portas, provocando um desastre econômico e social em toda a região da baixada Santista. Estima-se a perda de 4000 empregos diretos. A prefeita de Cubatão, Márcia Rosa (PT), disse que se o plano da Usiminas se concretizar "a cidade fecha", e vai recorrer ao governo federal no sentido de ajudar a reverter a situação.

O presidente do sindicato dos trabalhadores na construção civil, montagem e manutenção industrial diz: "São 3 mil famílias, perto de 10 mil pessoas, ameaçadas de desemprego e comprometimento de seu futuro imediato. Ainda que a Usiminas diga tratar-se de desativação temporária, não se sabe se ela será definitiva".

Reuniões de sindicatos da baixada santista e litoral também estão sendo organizadas para discutir a defesa dos empregos.

Alberto Handfas

Sabotagem ao mandato popular

Cada vez mais com "as asinhas de fora", PMDB lança um programa de governo

No último dia 29, o PMDB lançou um documento, mal chamado "uma ponte para o futuro", na verdade um trampolim para o abismo, uma carta de apresentação como alternativa de governo, retomando o programa derrotado em outubro de 2014.

O documento parte da apreciação que "nos últimos anos é possível dizer que o governo federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores..."

O documento afirma ser necessário "a formação de uma maioria política, mesmo que transitória e circunstancial", ao redor das propostas que apresenta, a serviço dos interesses imperialistas de ataque aos direitos dos trabalhadores e pilhagem da nação.

Propõe o PMDB:

- Acabar com as vinculações constitucionais com os gastos com saúde e educação;

- eliminar a indexação de qualquer benefício ao salário mínimo;

- estabelecer idade mínima para aposentadoria;

- o negociado prevalecer sobre o legislado, que seria o fim da CLT;

- fim do regime de partilha e volta do regime de concessão de FHC para exploração do petróleo do pré-sal.

Devemos levar isso adiante...

O vice-presidente Michel Temer, apresentando-se como candidato à cadeira do Planalto, para agora ou 2018, ao comentar as propostas disse: "eu tenho certeza que Levy concordará com isso". Segundo a imprensa, Temer em conversa telefônica com o ministro Levy, que estava em Londres, ao comentar a prevalência do negociado sobre o legislado, ouviu de Levy: "que coisa ótima, tenho discutido isso no governo e devemos levar isso adiante" (Valor, 30/10)

Com tal programa, para tucano nenhum botar defeito, o PMDB vai costurando um "quase consenso" entre os que querem fazer o país retroceder e ir fundo na ofensiva para diminuir o custo do trabalho, desviar os recursos para os especuladores e entregar as riquezas nacionais ao capital financeiro.

Não é mera casualidade que, na se-

quência da publicação do programa do PMDB, Fernando Henrique Cardoso tenha defendido uma "agenda nacional", para um "novo consenso nacional" sobre alguns pontos fundamentais que incluem a idade mínima para a aposentadoria e na questão trabalhista, o negociado prevalecer sobre o legislado (OESP 1/11).

Com essa gente que o PT deve governar?

O PMDB anunciou seu programa no mesmo dia em que na reunião do Diretório Nacional do PT (ver pag. 9) Lula defendeu a coalizão "com partidos de direita", explicando que é "com essa gente que temos que governar". Não se conhece reação da presidente Dilma ou do PT sobre esta investida do PMDB.

Numa reação imediata, o presidente da CUT, Vagner Freitas, disse que as propostas do PMDB vão "empurrar ainda mais o país para a recessão, aprofundando a crise, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais". São propostas que escancaram que o "PMDB é o partido

dos patrões, do agronegócio, dos banqueiros, dos setores que lucram e menos investem no país". Vagner completa: "O que é paradoxal é que o presidente do PMDB, Michel Temer, que assina o documento, inclusive, é o atual vice-presidente da República, eleito em uma chapa que tem como proposta para o Brasil exatamente o contrário do que o documento peemedebista propõe. Afinal, qual é o papel do PMDB no governo? É se comprometer com a implementação das propostas do chapa eleita ou fazer oposição interna ao governo do qual faz parte? A CUT não concorda com as propostas do PMDB, nem tampouco com a política econômica que está sendo gestada pelo ministro Levy e que tem muito a ver com as propostas do PMDB. A CUT vai combater nas ruas, com ação sindical e as armas da democracia qualquer proposta que retira ou reduz direitos dos trabalhadores." (site da CUT)

Ana Carolina

Lula no Diretório Nacional

Quer resistir, mas apoia o ajuste!?

Foi quase um ato público, dia 30, a primeira reunião do Diretório Nacional após o congresso do partido (junho), sem se aprofundar sobre a situação. Em parte pelo show do discurso de Lula, com imprensa na sala, transmissão por internet, etc.

É positivo que Lula tenha vindo e desafiado os ataques: "Aprendi com a vida a enfrentar a adversidade. Se o objetivo é trancar qualquer perspectiva de futuro, então vão ser três anos de muita pancadaria. E, podem ficar certos, eu vou sobreviver".

Mas chocou ele defender o ajuste fiscal. Afinal, 15 dias antes, no Congresso Nacional da CUT, Lula tinha criticado - "nem mais uma semana discutindo cortes".

No Diretório, voltou a defender os cortes - "tivemos que fazer o que dizíamos que não íamos fazer" - e chegou a dizer que, hoje, a "prioridade no Congresso é votar as medidas do ajuste". Defendeu também a coalizão "com partidos de direita, é com essa gente que temos



que governar". Chegou ao ponto de sugerir que mexer com Cunha, presidente da Câmara, atrapalharia a urgência das votações do ajuste, necessária para "ganhar a confiança dos investidores". O que viria depois são "medidas de crédito".

Após falar mais de uma hora, Lula saiu para "compromissos" e o Diretório começou aprovando quatro resoluções: "Eleições de 2016", rejeição do "PL sobre o terrorismo", vindas da Executiva

da véspera, e uma de "Conjuntura" de Rui Falcão, além do fim do financiamento privado no PT.

"É grave, ou Dilma muda, ou temos que rediscutir"

No debate antes das votações (v. box), Markus Sokol apresentou as idéias do Manifesto de Alarme do Diálogo e Ação Petista.

Solidarizou-se com o presidente do partido frente "à grosseria de Dilma em Estocolmo, destratando Rui e assim o PT, quando ele vocalizou com muita moderação o sentimento dos petistas contra a política do ministro Levy, que Dilma disse que apóia". Acrescentou ainda que "ontem, o governo quis aprovar a lei-antiterror recomendada por Levy que ataca os movimentos populares, contra o voto da bancada do PT no Senado", e propôs uma reflexão:

"A situação é muito grave. Já há 1,3 milhão de desempregados mais

que há um ano. Dilma tem que mudar a política econômica e demitir Levy. Se insistir em não mudar", avaliou, "então, o PT é que terá que rediscutir a relação com ela".

"Confiança dos investidores ou confiança dos trabalhadores?"

Sokol lamentou que Lula "busque a confiança dos investidores, quando está perdendo a confiança dos trabalhadores. Não sou eu quem diz. O PT perdeu as eleições no primeiro turno nas cidades operárias".

E insistiu na "outra política" alternativa que o DAP opõe ao ajuste - "derubada dos juros, centralização do câmbio e fim do superávit primário; livre da ditadura do superávit, o governo poderia finalmente avançar nas reformas populares e se recuperar".

Quanto às medidas de crédito, questionou se "com ameaça de desemprego, alguém vai querer se endividar mais. Com a baixa lucratividade, as empresas também não se animam. É o investimento público somado à baixa dos juros que pode fazer a diferença".

O senador Lindbergh (criticado quatro vezes por Lula), Bruno Elias e outros também fizeram propostas de correção de rumo. Mas Lula já tinha sinalizado, e nada de novo seria decidido pela maioria nesse dia.

O problema é que quanto mais defendem o ajuste, Dilma e agora Lula, mais fragilizados ficam na sua base social, ameaçando arrastar o PT para o abismo.

A resolução política

O texto de Conjuntura foi adotado por 46 votos contra 27 do projeto dos grupos Mensagem, Articulação de Esquerda, Militância, Avante e Esquerda Popular Socialista.

Ele denuncia os "cortes nos gastos sociais ou nos investimentos públicos, posição defendida pelos porta-vozes da capital financeiro" e "saúda o documento da Fundação Perseu Abramo" como "referencial para a formulação de uma nova agenda de desenvolvimento". Portanto, diverso da fala de Lula.

A resolução aprovada registra "a predominância (sic), dentro da bancada do PMDB na Câmara, de sua ala mais reacionária". E sugere sua ligação com "núcleos da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário (...), que atuam com o intuito de extinguir o PT e difamar" Lula.

Contudo, ela não tira consequência práticas de ação, além da apresentação correta do máximo de candidatos (Resolução Eleições 2016). Mas não traz nada sobre Levy nem sobre as alianças, ou ações imediatas em defesa do partido.

Ao contrário, a mesma maioria rejeitou a emenda por uma

"nova política econômica, uma nova equipe econômica".

Rui acolheu a emenda de Sokol destacando o "intuito de extinguir o PT", mas não os itens de "outra política" (acima).

Três diferenças

Em nota prévia, Sokol, o membro de O Trabalho no DN que votou o texto alternativo, explicou aos proponentes que não o assinaria:

"Tem várias idéias que concordamos, mas algumas diferenças ainda importantes:

- o ataque a Lula, para nós, é a ponta da escalada contra o PT que inclui a Lava Jato - Vaccari condenado a 15 anos!

- a 'prioridade' aos setores democrático-populares nas alianças já foi votada antes e continua a aliança com o PMDB.

- o fim do superávit primário como critério de política econômica.

Como vocês sabem, por razões aparentadas, não nos associávamos ao manifesto de deputados ao 5º Congresso.

A discussão pode continuar, inclusive no Diretório hoje, podemos votar neste texto, se for o caso ainda construir emendas a critério dos companheiros". Não houve disposição para estas emendas.

Abandonos no PT

Pressões eleitorais oportunistas levam parlamentares e prefeitos a sair do PT, em vista das eleições municipais de 2016. Como a lei estendeu o prazo para filiar-se a partidos até abril de 2016, o processo ainda não acabou.

Saíram para se candidatar a prefeitos a senadora Marta Suplicy, pelo PMDB de Cunha-Temer, em São Paulo, e o atual prefeito Cartaxo, pelo PSD de Kassab, em João Pessoa (PB). E também o deputado federal Molón, pela Rede de Marina, no Rio.

Marta e Cartaxo tiveram a cara-de-pau de invocar a ética para justificar a nova opção. Molón se diz decepcionado com o Congresso do PT de junho - ele e a torcida do Flamengo... a verdade é que busca legenda "melhor" para disputar a prefeitura, ape-

sar das suas conexões com os bancos e ONGs pró-imperialistas.

Mas o problema é maior. Segundo O Estado de S. Paulo, 69 dos 632 prefeitos eleitos pelo em 2012 já saíram.

É verdade que muitos vieram do PMDB, PTB e até do PSDB e DEM - resta saber se o partido aprenderá a lição.

Entre os abandonos, pode até haver gente boa, desanimada com Dilma e o PT. Mas estão fazendo a coisa errada. É ainda pior se tem uma percepção crítica da política do PT. Pois, por interesse individual, se dispersam e abandonam o principal partido operário do país à sanha destruidora do juiz Moro, dos barões da mídia e dos agentes do imperialismo.

O povo vai se lembrar.

Sindicalistas petistas têm encontro nacional

Em discussão a situação do país, do partido e a luta dos trabalhadores

Marcado para São Paulo, o Encontro de Sindicalistas Petistas é uma iniciativa de dirigentes da CUT, filiados ao PT. A proposta do Encontro, como explica sua convocatória, surgiu a partir da “a iniciativa de divulgar o Manifesto ‘O PT de volta para a classe trabalhadora’, assinado por mais de 400 sindicalistas de todo o país e de iniciativa de 31 petistas membros da Executiva nacional da CUT naquele momento. Desde então, várias reuniões de sindicalistas petistas foram realizadas ao redor do Manifesto, que em nossa opinião mantém toda a sua atualidade, das quais recebemos sugestões e solicitações de empenho na realização de um Encontro nacional de sindicalistas petistas ainda este ano. Em contato com a Secretaria Nacional Sindical do PT, nós, que encabeçamos o Manifesto, estamos convocando o Encontro Nacional de Sindicalistas Petistas para o dia 27 de novembro, na cidade de São Paulo, em local a confirmar e tendo por base o Manifesto mencionado acima e transcrito abaixo. O Encontro será auto-financiado, com os gastos de viagem e estadia correndo por conta de cada participante.” (Convocatória do Encontro).

O Manifesto que serve de base para a convocação afirma: “Estamos seguros de que só sairemos dessa crise se retomarmos a nossa tradição de partido da classe trabalhadora, de organização da militância para a luta social e política (...) O momento é grave e nós nos dispomos a assumir nossa parcela de responsabilidade



Manifesto foi distribuído no 5º Congresso do PT, na foto a plenária deliberativa

no resgate das melhores tradições do partido, intervindo de forma mais ativa e militante na sua vida. Queremos contribuir na formulação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento e a inclusão social”.

Com essa disposição, sem dúvida, essa iniciativa pode ser um importante ponto de apoio à ofensiva que é desferida contra o PT e seus dirigentes, começando por reafirmar a tradição de partido para a classe trabalhadora, como diz o Manifesto, que concluiu: “É nosso dever, como dirigentes sindicais petistas, defender a classe trabalhadora. Jamais abdicaremos disso, inclusive quando houver conflito de posições entre nós, partido e governo (...) Ainda é tempo de mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a

sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores.

Preparando as delegações

Em alguns estados estão sendo organizadas reuniões preparatórias ao encontro. Reuniões que desenvolvem a discussão política e servem para organizar os meios de trazer delegações, para um encontro que é auto-financiado.

Uma dessas reuniões aconteceu em Brasília, no dia 4 de novembro, com a presença de mais de 60 sindicalistas petistas. Na discussão, vários presentes destacaram a importância do Manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora”, dos sindicalistas cutistas, lembrando que a CUT esteve na linha de frente do combate às medidas do ajuste fiscal. A discussão integrou a preocupação com a ofensiva orquestrada contra o PT

e a ameaça que vai se voltar contra os sindicatos. Também foi lembrado que a luta sindical sempre foi o principal pilar de sustentação do PT o que agora é precisa reforçar.

No final da discussão, a reunião referendou o Manifesto que dá a base para a convocação do encontro nacional e decidiu organizar um rateio entre militantes e dirigentes para pagar um ônibus e participar do encontro nacional de forma auto-financiada.

No próximo dia 7, no Rio de Janeiro, também está prevista uma reunião para organizar o encontro.

A organização das delegações é feita diretamente pelos sindicalistas petistas.

A convocatória para o Encontro nacional orienta que as inscrições devem ser feitas até 10 de novembro no e-mail: mirtes@cut.org.br

O encontro de 27 de novembro tem tudo para ser uma ajuda para fazer frente à ofensiva contra o PT e ao próprio processo de distanciamento do partido da base social que lhe dá sustentação. Como diz o Manifesto dos sindicalistas, “sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT!”

Estão certos os sindicalistas ao afirmar, na convocação do encontro que esse manifesto, distribuído no 5º Congresso do PT em junho desse ano, guarda toda sua atualidade.

Lei antiterrorismo, ataque à democracia

Contra posição do PT, senador Delcídio Amaral (PT-MS), vota a favor

Reunido no último dia 29 (ver pag. 9), o Diretório Nacional do PT, adotou uma resolução que orienta “à bancada do partido no Senado para que se posicione contrariamente à aprovação do substitutivo ao projeto de Lei da Câmara nº 101/2015, que trata do terrorismo”

O projeto, enviado pelo governo federal ao Congresso, às vésperas da viagem de Dilma aos Estados Unidos no primeiro semestre desse ano, foi aprovado na Câmara. No Senado, por iniciativa do senador Aloísio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi retirado do projeto o parágrafo que excluía da definição de terrorismo “pessoas em manifestações políticas, movimentos

sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais”. Com tal exclusão, por exemplo, uma ocupação de terra improdutivo – a Constituição garante a função social da terra – na luta pela reforma, agrária pode ser tipificada como ato terrorista!

Em péssima companhia

O senador Delcídio Amaral, líder do governo no Senado, aliou-se a Aloísio Nunes e orientou a bancada

a votar favorável ao projeto. Falou sozinho, no PT só ele votou a favor. Os demais senadores petistas votaram contra.

Delcídio Amaral está mal na foto. Está ao lado, além de Aloísio Nunes, e do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) que disse que com a retirada do parágrafo, Aloísio Nunes “soube muito bem dividir o que é uma manifestação pública ordeira e do Estado democrático de direito e o que é uma manifestação da baderna, do movimento de destruir imóveis públicos e do poder praticar um ‘terrorismo bolivariano no país’”.

A pressão do governo pela aprovação do projeto do Senado foi feita

diretamente pelo Ministro Joaquim Levy. O Ministro da Fazenda pressionou dizendo que a não adoção da lei poderia acarretar rebaixamento da nota do país pelas agências de risco.

A nota do PT afirma que “não há definição de terrorismo que seja universal ou mundialmente aceitável” e considera que “a tipificação do terrorismo, tal como formulada no PL, redundante, diretamente, no risco de criminalização de movimentos sociais e de perigosa utilização contra sindicatos e demais organizações da sociedade civil.”

O projeto volta agora para a nova votação na Câmara.

Haiti: pode haver eleições livres num país ocupado?

Apesar da pressão dos EUA, primeiro turno das presidenciais é contestado

Depois do fiasco das eleições parlamentares de 9 de agosto, os EUA despacharam para o Haiti o chefe de sua diplomacia, John Kerry, para garantir que o primeiro turno das presidenciais, em 25 de outubro, seriam eleições com “credibilidade e que possam ser consideradas legítimas”.

A preocupação se justificava não apenas pelos tumultos que se previam. Pesquisas eleitorais colocavam nas quatro primeiras posições três candidatos que não se encaixam no perfil desejado pelos EUA para garantir seus interesses. Entre eles está o ex-senador Moise Jean-Charles que concluiu sua campanha num comício para 50 mil pessoas, dia 22 de outubro, na histórica cidade de Cap Haitian, reafirmando seu compromisso com a retirada das tropas da ONU (Minustah) que desde 2004 ocupam o Haiti, sob comando do Brasil.

Uma semana antes, a recém constituída Brigada de Operação e Intervenção Departamental (BOID), da Polícia Haitiana, havia espalhado o terror em Cité Soleil, favela da capital, Porto Príncipe. Em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas, mas ligadas a

uma tentativa do partido do governo de controlar as eleições na região, diversas pessoas foram presas e 20 foram mortas, algumas a machadadas.

No dia 25, forte aparato policial, apoiado pelos soldados da Minustah, foi colocado nas ruas para dar uma sensação de segurança. Os problemas mais gritantes do 9 de agosto (como o não credenciamento de fiscais da oposição e atos de intimidação e violência nos locais de votação) foram amenizados.

Assim, num primeiro momento, os observadores internacionais da ONU, OEA e União Europeia puderam declarar, como queria John Kerry, que as eleições transcorreram normalmente e sem maiores incidentes.

Mas logo ficou claro que os resultados a serem proclamados pelo Comitê Eleitoral Provisório (CEP) – num prazo ainda incerto – não serão facilmente impostos à população. Chovem denúncias de irregularidades e fraudes, a maioria ligadas a uma modalidade de voto em separado. De acordo com os questionamentos, para viabilizar esse tipo de voto, o CEP emitiu mais de 700 mil autorizações, o que equivale a quase



“Presença maciça de tropas brasileiras nas ruas” garante o pleito, diz representante da ONU

15% do total de eleitores e a mais da metade dos votantes em 25 de outubro!

Configura-se, assim, sob outras formas, um cenário de ampla fraude, como em 2010-2011, quando o atual presidente, Martelly, foi literalmente catapultado da quarta ou quinta posição para a cadeira presidencial, por imposição dos EUA e com suporte militar da Minustah.

Como afirma o Moleghaf – movimento que integra a Coordenação haitiana pela retirada das tropas da ONU do Haiti –, “com a presença dos soldados da ONU, uma força de ocupação, não é possível haver nenhuma eleição livre, honesta, democrática”.

Rafael Potosi

Barbárie em Santa Catarina

Por trás de berros pelo impeachment e intervenção militar, ergue-se no Brasil uma onda reacionária cujo fim último é destruir as organizações e direitos dos trabalhadores. Essa onda traz à tona as mais repugnantes manifestações de intolerância e xenofobia, inclusive corrompendo a formação da juventude. No dia 17 de outubro, em Navegantes (SC), o operário haitiano Fetiere Sterlin foi provocado e depois agredido até a morte por 10 homens jovens, armados com facas e barras de ferro. Segundo um deles, “haitiano não tem nada para fazer aqui”. É mais do que nunca atual a recomendação aprovada no 12º Concut para os sindicatos organizarem a força de trabalho estrangeira – em particular haitiana – nas lutas dos trabalhadores brasileiros. Neste momento, deve integrar a exigência de apuração e punição dos que cometeram esse crime odioso.

Manifestações diárias contra o Estado de Israel

Mobilizações exprimem com força a existência de um povo

Grandes mobilizações das massas palestinas desenvolvem-se há semanas, reunindo majoritariamente jovens de 15 a 20 anos de idade. Expressando seu ódio à ocupação assassina mantida pelo Estado de Israel, as manifestações são diárias, aos gritos de “Não à ocupação! Não à colonização!”.

Uma característica central dessas mobilizações é que colocam em movimento, pela primeira vez de forma tão clara, habitantes de Jerusalém, da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e dos territórios ocupados em 1948 (o Estado de Israel), exprimindo com força a existência de um povo palestino.

O levante da juventude é espontâneo e escapa a qualquer enquadramento pelas organizações palestinas. Mesmo os militantes políticos que participam dos atos o fazem sem esperar as orientações de seus dirigentes.

Um dirigente do Shin Bet (serviço de segurança interna israelense) confirmou que “a maioria dos palestinos que realizaram ataques agiram de modo independente, sem pertencer a qualquer grupo”. Referindo-se ao presidente da Autoridade Palestina



Manifestação em Nazaré

(AP), Mahmoud Abbas, um informe do Shin Bet diz que “Abbas não manipula nem encoraja o terrorismo e ordenou a seus serviços de segurança que impeçam tanto quanto possível tais operações”. Para Israel, um jovem revoltado que atira pedras contra seus soldados superarmados é um “terrorista”.

A juventude palestina tem rejeitado a AP e os partidos. Essa geração nasceu sob os Acordos de Oslo (1993-95), assinados entre Israel e os dirigentes palestinos, sob a égide dos EUA, para a suposta “solução” de dois Estados na região, um judeu e um palestino. Na realidade, criaram guetos para tentar sufocar o povo palestino.

A única saída democrática e viável

é a de um Estado laico sobre todo o território histórico da Palestina, com o direito ao retorno dos refugiados palestinos. Um Estado no qual direitos iguais sejam garantidos para todos, judeus ou palestinos, e para o qual os palestinos possam retornar e viver em paz em sua terra.

Demissões em massa

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré lançou um apelo às organizações sindicais e de defesa dos direitos humanos, em escala internacional, contra as agressões racistas de que são vítimas os trabalhadores árabes palestinos. Em um comunicado de 25 de outubro, o sindicato informa que Israel prendeu, desde o

começo do mês, 959 trabalhadores palestinos da Cisjordânia, de Jerusalém e dos territórios de 1948. Em 44 empresas, 322 funcionários foram demitidos.

O sindicato fornecerá apoio jurídico às queixas apresentadas por 71 demitidos e solicita ajuda política e material. Apoie e sustente financeiramente essa batalha!

O Sindicato luta pelo direito de organização de comitês de sindicalizados nas empresas de telemarketing pela reintegração dos demitidos.

- Envio de moções para: arab.workers.union48@gmail.com
- Para remessa de contribuição: Agência bancária: Bank Leumi Le Israel B.M.; Swift Code: LUMIILITLV; Routing Number: IL010794; Conta nº: 15988-47; Nome do beneficiário: Arab Workers Union in Israel; Iban: IL670340020000001598847

O depósito também pode ser feito em conta aberta no Brasil para essa campanha:

Banco do Brasil
Agência 0584-3
c/c 2348-5, conta poupança, variação 51, em nome de João Batista Gomes.

Venezuela às vésperas das eleições de 6 de dezembro

Relato de uma visita ao país que atravessa uma crise econômica num cenário político polarizado

A convite do Coletivo Trabalho e Juventude, que reúne sindicalistas e jovens militantes, Júlio Turra visitou a cidade de Maracaibo, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro. É dele o relato que publicamos abaixo.

“Maracaibo, capital do Estado Zúlia, tradicional centro petrolífero e berço do movimento sindical na Venezuela, é a segunda cidade do país (depois da capital Caracas), concentrando em sua área metropolitana cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Seja nas ruas do centro ou na periferia, grandes filas se formam para a compra de bens básicos (alimentação, higiene), diante de uma escassez que já dura vários meses. O país atravessa uma crise econômica, com inflação elevada e especulação com o valor do dólar, cuja raiz, como explicam militantes do PSUV (partido criado por Chávez), é a “guerra econômica” movida pelo imperialismo e grandes empresários locais, iniciada com a queda do preço do barril de petróleo de 110 para 40 dólares, provocada pelo aumento da produção dos EUA e utilizada como pressão contra as economias da Rússia, Irã e Venezuela (país que depende da exportação do petróleo para tocar sua economia).

Mas, como afirmam muitos sindi-



Julio Turra com membros do Coletivo Trabalho e Juventude

calistas e vários quadros políticos do próprio chavismo, a desorganização da economia é ampliada pela falta de planejamento por parte do governo de Nicolás Maduro, que é atravessado por conflitos entre distintos setores do PSUV (governadores, militares, alas ligadas a empresários) e quem paga o preço pela situação são os setores populares e a classe trabalhadora.

Neste quadro, há um temor de aumento dos votos na coalizão de oposição MUD, que, mesmo sem líderes expressivos ou projeto para o país, é apoiada pelos “gringos” e a burguesia local e explora o descontentamento popular com a situação caótica da economia, contando com o “voto castigo” contra o governo nas próximas eleições de 6 de dezembro para a Assembleia Nacional de 165 deputados (unicameral), hoje com 2/3 de maioria chavista.



Manifestação em Maracaibo em defesa da Lei Orgânica do Trabalho (LOT)

“No centro, a defesa da Lei Orgânica do Trabalho”

O presidente Maduro acabara de anunciar aumento de 30% no salário mínimo e nas aposentadorias, visto por todos como positivo, mas que, no quadro atual da economia, poderia evaporar-se em pouco tempo. O governo também havia militarizado a fronteira com a Colômbia para combater o contrabando, em particular da baratíssima gasolina venezuelana, e a evasão de produtos básicos e o narcotráfico.

Tive a oportunidade de participar de assembleias, debates e atos políticos, ao longo dos 5 dias que estive em Maracaibo e região. Em particular de uma plenária com 400 sindicalistas de vários setores, dirigentes da Central Bolivariana e Socialista dos Trabalhadores (CBST) e alguns candidatos do Polo Patriótico (bloco do PSUV com outros partidos ou movimentos) que debateu a situação do Brasil e da Venezuela diante da pressão do imperialismo para recuperar o terreno perdido na América Latina com o surgimento de governos de base popular que, de uma ou outra forma, não rezavam pela cartilha dos EUA.

Nessa plenária, pude explicar os efeitos nefastos do Plano Levy na corrosão da base de apoio do governo Dilma, a reação da CUT e movimentos populares de disputar as ruas com a direita golpista e, ao mesmo tempo, cobrar mudança na política econômica do governo, o que foi de grande interesse para os companheiros presentes.

O sentimento geral, e não só nessa plenária, era o de que os processos políticos nos dois países estão interligados. Alguns oradores, sindicalistas, insistiram que, para a classe trabalhadora ve-

nezuelana, o centro era a defesa da Lei Orgânica do Trabalho (LOT), pois o discurso da oposição pró-imperialista é o de revisá-la (ou flexibilizá-la) para favorecer o investimento privado e sair da crise econômica.

Com efeito, a LOT concentra as conquistas da classe trabalhadora no período aberto com a chegada ao poder de Hugo Chávez, em 1998, como a estabilidade no emprego, a proibição da terceirização, dentre outras garantias sociais e trabalhistas, e se hoje essas conquistas estão ameaçadas pela deterioração da economia, uma vitória da oposição poderia liquidá-las.

“Autonomia política e sindical dos trabalhadores”

É o lema do jornal “El Trabajador”, editado pelo Coletivo Trabalho e Juventude (CIJ), no qual intervêm os militantes da 4ª Internacional em pé de igualdade com outros sindicalistas e militantes da juventude e movimentos populares.

Diante de um movimento sindical fragmentado – desde a crise interna que inviabilizou a UNETE (central sindical criada em 2003) –, hoje a CBST tenta centralizar, mas sem participação efetiva dos sindicatos de base e com uma direção que não foi legitimada por eleições. Diante do fato de que o PSUV não é um partido da classe trabalhadora, tanto por sua composição (que, além de setores populares, inclui chefes militares, políticos ligados a interesses empresariais ou a negócios dentro do aparato estatal), quanto por ser um partido criado de cima para baixo pelo governo chavista, a questão da luta por uma “expressão própria da classe trabalhadora”, levantada pelo CIJ, é crucial para deter o retrocesso e avançar no processo revolucionário na Venezuela.

A linha adotada pelo CIJ para as eleições de 6 de dezembro parte da “defesa das conquistas do povo trabalhador, nenhum voto para a direita patronal”, desdobrando-se numa plataforma diante da crise para “barrar a ofensiva do imperialismo”, dirigida a Maduro e aos candidatos do Polo Democrático: defesa intransigente da LOT, controle do governo da cadeia de produção e distribuição, reforma tributária para taxar os ricos, combate à corrupção, controle do comércio exterior, combate ao ataque especulativo contra a moeda nacional com nacionalização dos bancos, dentre outras medidas.

Sem pretender antecipar o resultado eleitoral, um crescimento dos votos da oposição pode abrir um cenário de negociação de setores do chavismo com ela – em detrimento dos interesses dos trabalhadores e setores populares – o que teria impactos no PSUV e liberaria forças para uma política operária independente e anti-imperialista, situação para a qual se preparam os companheiros do CIJ.”

Assine O TRABALHO **PT**
Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 - 24 edições: R\$90,00 - 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232